

O ponto de vista semiótico dos meios¹

Regiane Miranda de Oliveira NAKAGAWA²
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP

Resumo

Este trabalho visa discutir a perspectiva semiótico-sistêmica do conceito de meio desenvolvido por Marshall McLuhan (1911-1980). A abordagem prospectiva e ecológica presente nas formulações realizadas pelo autor nos permite observar como os meios não se resumem a meros prolongamentos dos órgãos sensoriais, visto que também atuam como mídias capazes de traduzir linguagens, desde que se estabeleça a interação entre elas. Este ponto de vista ganha uma dimensão ainda maior quando correlacionamos a ele a teoria Semiótica da Cultura desenvolvida por Iuri Lótman (1922-1993), que entende a cultura a partir da comunicação que se estabelece entre diferentes sistemas de linguagens, cuja aceção pode ser estendida para o funcionamento ecológico dos meios na cultura.

Palavras-chave: mídia; comunicação; semiótica

Texto do trabalho

Comumente, a palavra mídia é considerada sinônimo de “meio”, que deriva do latim “*medium*”, cuja denominação em português é “médium”. No Brasil, a utilização do termo “mídia” ocorreu em virtude da transcrição americana do plural latino “*medium*”, que em inglês e latim se diz “*media*”. Segundo Baitello (2005:31), o termo possui um substrato mais profundo, pois a palavra já existia na língua matriz da qual deriva o latim e quase todas as demais famílias lingüísticas européias, sendo nomeada *medhyo*, que significa “meio”, quer dizer, “espaço intermediário”. Em linhas gerais, é possível afirmar que o termo se refere àquilo que se coloca entre uma coisa e outra ou, ainda, conforme Santaella (1996:212) “mídia é sinônimo de meio, este concebível como aplicável a qualquer coisa que é empregada para atingir um fim”.

Vários foram os desdobramentos do conceito ao longo da história das teorias da comunicação e da mídia, embora todos eles mantenham a idéia de médium como aquilo que se põe entre uma coisa e outra. No entanto, nem todas as formulações entendem esse “meio de campo” da mesma forma. Enquanto algumas articulações teóricas tendem a reduzir a abrangência da definição de médium, entendendo-o apenas como um meio e/ou suporte

¹ Trabalho apresentado no GT – Teorias da Comunicação, do Inovcom, evento componente do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste.

² Doutora em Comunicação e Semiótica pelo PEPG em Comunicação e Semiótica- PUC/SP, coordenadora do curso de Comunicação Social- habilitação Publicidade e Propaganda da PUC/SP, professora da disciplina “Redação Publicitária”.

utilizado para transportar uma mensagem entre um emissor e uma massa de receptores, outras tendem a dilatar o conceito, dotando-o de uma maior amplitude significativa no campo das interações comunicativas, de modo a reconhecer a natureza semiótica das mídias.

Nota-se que, na história das teorias da comunicação, o conceito de “meio” foi preponderante durante um longo período, sobretudo em função de uma série de estudos que tinham os “meios de comunicação de massa” como principal objeto de estudo. Não cabe aqui enumerar cada uma dessas teorias, o que, sem dúvida, exigiria um trabalho muito mais específico. Contudo, segundo Mattelart (1999), o primeiro estudo da chamada *Mass Communication Research* data de 1927, e trata-se do livro realizado por Harold D. Lasswell (1902-1978), intitulado *Propaganda Techniques in the World War*, que abordava o uso da propaganda durante a Primeira Guerra Mundial.

Ainda que cada uma dessas teorias tenha a sua especificidade, em síntese, elas partem do pressuposto da existência de uma massa de receptores, sendo esta última entendida como um todo indiferenciado e anônimo e, como são incapazes de se reconhecer como grupo, pouca ou nenhuma interação há entre aqueles que formam a massa (BLUMER, 1975:177-178). Em virtude do isolamento a que estão submetidos, esses indivíduos tornam-se extremamente vulneráveis a serem manipulados pelos poucos emissores que controlam os meios. Desse modo, os meios são entendidos como instrumentos utilizados para gerir opiniões, dado que o processo comunicativo era concebido de forma assimétrica, em que o emissor ativo detinha total controle sobre aquilo a que a massa passiva deveria ter acesso, independente das relações sociais e culturais em que ambos estavam envolvidos. Nesse aspecto, observa-se que o meio efetivamente funciona como algo que se coloca entre uma “coisa e outra”, pois cabe a ele veicular aquilo que foi previamente estabelecido, o que o aproxima da idéia de um canal transmissor.

Todavia, como ressalta Santaella (2003), as mudanças operacionalizadas nos dispositivos comunicacionais durante a década de 80 põem em questionamento o entendimento sobre os meios de massa. Isso porque, nesse período, surge uma série de equipamentos que viabilizaram o armazenamento das mensagens pelos receptores, tais como vídeo-cassetes, fotocopiadoras e *walkmans*, que propiciaram o consumo individualizado e não mais simultâneo das mensagens veiculadas. Essa transformação possibilita que o receptor tenha acesso à informação no instante em que lhe interessa e convém, o que lhe confere um poder maior de decisão sobre aquilo que efetivamente quer acessar.

Além disso, intensificam-se o cruzamento entre diferentes linguagens e meios, ocasionando a multiplicação destes últimos, o que redefine o foco dos estudos sobre o tema. São esses aspectos que levam a autora a demarcar o surgimento de uma “cultura das mídias”, em que a ênfase da discussão torna-se a criação e a proliferação de novas mídias, linguagens e códigos, mediante a interação daqueles já existentes. Diferentemente dos meios, definidos como meros canais de transmissão unilateral de mensagens entre o emissor e a massa de receptores, as mídias passam a ser entendidas como sistemas capazes de produzir linguagens, cujas mensagens são veiculadas para públicos cada vez mais segmentados.

A nosso ver, o entendimento do funcionamento semiótico-sistêmico das mídias pode ser amplamente discutido pelas formulações desenvolvidas por Marshall McLuhan (1911-1980). A abordagem prospectiva desenvolvida pelo autor em relação aos meios nos oferece um indicativo fundamental para o entendimento da ação que as mídias exercem na cultura, ainda que, na maioria dos seus escritos, o autor utilize o termo meio ao invés de mídia.

Ao enfatizar que o “meio é a mensagem”, McLuhan abre uma nova perspectiva para o estudo dos meios, em que a ênfase recai nos efeitos psíquicos, sociais e cognitivos decorrentes da intromissão de uma nova tecnologia na cultura. De acordo com o autor, todo meio constitui o prolongamento de um dos órgãos sensoriais humanos, de maneira que por “meios”, McLuhan entende não apenas os tradicionais meios de comunicação, como a televisão e o rádio, mas toda e qualquer extensão tecnológica como, por exemplo, a roda, concebida como um prolongamento do pé. Em correlação, todo meio amplifica em grande escala o órgão do qual ele é uma extensão, tal como acontece com a escrita, que torna mais intensa a visão em detrimento do desenvolvimento harmônico e equilibrado de outros órgãos sensoriais.

A amplitude dessa formulação, por sua vez, vai além da compreensão dos meios como simples extensões materiais dos sentidos. De acordo com Santaella (1996:199-200)³, o desenvolvimento de máquinas sensórias ou meios comunicacionais que prolongam um dos sentidos humanos exige, de antemão, o entendimento científico acerca do funcionamento desses mesmos órgãos e, por isso, os meios especializados seriam “dotados

³ De acordo com o texto “O homem e as máquinas” presente no livro *Cultura das mídias* (1996), a autora delimita a existência de três níveis distintos na relação homem- máquina: o muscular – motor, o sensorio e o cerebral. O primeiro refere-se às máquinas produzidas após a Revolução Industrial que constituem um prolongamento da força física do homem, enquanto as máquinas cerebrais ampliam as habilidades mentais, sobretudo aquelas relacionadas à capacidade de memorização.

de inteligência sensível” do mesmo modo que “são também máquinas cognitivas tanto quanto são cognitivos os órgãos sensórios”. Se considerarmos que os estímulos apreendidos pela percepção humana são imediatamente contaminados por funções cerebrais vinculadas a um órgão sensorial específico, então, é possível pressupor que algo similar ocorre com os meios artificiais de comunicação, visto que, ao dilatar um dos sentidos, um meio comunicacional pode, da mesma forma, apropriar-se e até mesmo ampliar o modo de operacionalização e o funcionamento cognitivo do órgão estendido.

Em relação às máquinas sensórias, esse funcionamento reveste-se de uma “cognição” muito singular, pois, entre aquilo que é captado e aquilo que é transmitido, impõe-se o código característico da forma de registro vinculada a um determinado meio, como é o caso da imagem na fotografia, do audiovisual na televisão e do som no rádio. Isso nos permite entender que a tecnologia relacionada a um órgão sensível pressupõe sempre um ou mais códigos que lhe são “inerentes”, sem os quais, um meio não poderia exercer a função que lhe é devida no processo comunicacional. Esses códigos, por seu turno, estabelecem antecipadamente algumas regras que determinam as possibilidades e os limites representativos relacionados ao modo de registro e transmissão de um meio comunicacional.

Todavia, se há código, há representação, por menor que seja a capacidade de produção sígnica dos códigos relacionados a um suporte específico. Essa ressalva é indispensável, visto que os “meios como extensões do homem”, conforme enuncia McLuhan, também configura, a nosso ver, a possibilidade de os meios comunicacionais funcionarem não apenas como meros canais de registro e transmissão ou simples prolongamentos mecânicos dos sentidos humanos, pois torna evidente o potencial dos meios para ampliar a capacidade de produção sígnica humana, uma vez que “Os aparelhos são, por isso, máquinas paradoxalmente usurpadoras e doadoras. De um lado, roubam pedaços da realidade, de outro, mandam esses pedaços de volta, cuspidos para fora na forma de signos” (SANTAELLA, 1996:201). Isso nos permite pressupor que a alteração dos sentidos humanos pelos meios comunicacionais também decorre do funcionamento lógico característico da produção sígnica presentificada pelas diferentes tecnologias, pois “Quer se trate de sapatos ou de bengalas, de zíperes ou de tratores, todas essas formas são lingüísticas na estrutura e exteriorizações ou expressões do homem. Têm sua própria sintaxe e gramática, como qualquer forma verbal” (McLUHAN, 2005:341). Ao qualificar como “formas lingüísticas” certas tecnologias aparentemente banais presentes no nosso

cotidiano, o autor parece tornar patente a capacidade dos meios para representar algo sob a forma de código.

Contudo, assim entendidos, os meios constituiriam meros “tradutores de informações sensoriais que se exprimiam pelo código” (MACHADO, 2005b:306). Mesmo que seja possível correlacionar um meio a um determinado código, essa condição, por si só, não assegura a produção de linguagem. Ainda em conformidade com McLuhan, um meio não pode ser considerado isoladamente, sem correlação com os efeitos que ele é capaz de produzir, de tal modo que todo meio gera um ambiente que interfere diretamente “sobre os nossos sistemas nervosos e nas nossas vidas sensoriais, modificando-os por inteiro” (McLUHAN, 2005:129). Segundo o autor (2005:140), o ambiente gerado por um meio estaria diretamente relacionado com os efeitos provocados após o impacto da intromissão de uma nova tecnologia da cultura. São essas conseqüências que denotam a amplitude do conceito de meio desenvolvido por McLuhan, pois,

Quando digo que o meio é a mensagem, estou dizendo que o automóvel não é um meio. O meio é a estrada, são as fábricas, as empresas petrolíferas. Isso é o meio. Noutras palavras, o meio do carro é constituído pelos efeitos do carro. Quando se eliminam os efeitos, o significado do carro desaparece. O carro como objeto de engenharia nada tem a ver com esses efeitos. O carro é uma *figura* num *fundo* de serviços. Quando se muda o *fundo* é que se muda o carro. O carro não opera como meio, mas sim como um dos efeitos maiores do meio. Assim, “o meio é a mensagem” não é uma simples observação, e sempre hesitei em explicá-la. Significa realmente um ambiente oculto de serviços criados por uma inovação, e o ambiente oculto de serviços é o que muda as pessoas. O que muda as pessoas é o ambiente, não a tecnologia (McLUHAN, 2005:284).

Quando afirma que o “meio é a mensagem”, McLuhan assevera que todo meio cria um ambiente, e este é a mensagem gerada pelos meios. Entendido como um “processo” (McLUHAN, 2005:129), isto é, como um continuum ininterrupto, e não como um “envólucro”, o ambiente não constitui uma unidade estanque, pois os efeitos gerados por um novo meio tendem a ressignificar tanto a vida sensorial humana quanto outros ambientes já existentes, também originados por outros meios, tornando-os mais evidentes ou criando novas significações e usos para formas e funções já existentes.

É importante salientar a ênfase dada pelo autor na correlação estabelecida entre os diferentes ambientes presentes na cultura. Um ambiente nunca aniquila o anterior, visto que o contato entre duas ou mais ambiências pode tornar patente alguns aspectos que normalmente são imperceptíveis para aqueles envolvidos diretamente com o entorno gerado por um meio. Com relação a esse aspecto, McLuhan enfatiza o papel de destaque exercido

pela arte, pois caberia a ela criar “contra ambientes” contrastantes com outros já existentes, e, assim, contribuir para torná-los mais “visíveis”: “qualquer ambiente tende a ser imperceptível para os seus usuários e ocupantes, salvo na medida em que o artista cria contra-ambientes” (2005:150). Nesse sentido, é por intermédio da relação estabelecida entre dois ambientes que um e outro criam consciência da sua própria condição.

Semelhante é o ponto de vista definido por Mikhail Bakhtin (1895-1975) ao enfatizar a importância do encontro dialógico entre diferentes esferas, uma vez que uma cultura apenas se revela na sua profundidade por intermédio de outra. Uma cultura pode lançar questionamentos a sua “interlocutora” que seriam impensados caso cada uma se mantivesse isolada, da mesma forma que as respostas também não seriam elaboradas se não ocorresse o diálogo entre elas. Por isso, segundo Bakhtin, “o encontro dialógico de duas culturas não lhes acarreta a fusão, a confusão; cada uma delas conserva sua própria unidade e sua totalidade aberta, mas se enriquecem mutuamente” (BAKHTIN, 1997:368). Também é preciso ter em conta que uma cultura não esgota o sentido de outra, pois o encontro “futuro” com outros sistemas culturais ainda pode desvelar outros significados que, muitas vezes, são imperceptíveis no presente.

Somente pelo encontro entre diferentes esferas culturais é possível apreender a ressignificação que um novo meio ou ambiente ocasiona em outros meios e ambientes já existentes. Tal processo ocasiona um dinamismo ininterrupto para a cultura, que é continuamente transformada pelas novas conformações ambientais. Prova disso é a ingerência exercida pela tecnologia elétrica no ambiente comunicacional. Ao contrário dos processos mecânicos, pautados pela fragmentação e pela seqüencialidade da atividade produtiva, as quais ocasionaram, durante séculos, o fracionamento da percepção humana; a energia elétrica introduziu uma nova configuração no processo produtivo, baseada não mais no fragmento, mas na ausência de um centro organizador único e na inclusão, uma vez que “a automação na indústria substituiu a divisibilidade do processo pelo entrelaçamento orgânico de todas as funções do complexo produtivo. A fita magnética sucedeu a linha de montagem” (McLUHAN, 1989:54).

Isso se deve ao fato de que enquanto a tecnologia mecânica era uma extensão de uma parte muito específica do corpo humano, ou seja, a mão, a eletricidade é um prolongamento do sistema nervoso central, aparato este formado por uma tessitura neural altamente complexa, cujas trocas de informações ocorrem simultaneamente e em grande intensidade.

Entendida como uma nova tecnologia, a eletricidade gera um ambiente caracterizado pela instantaneidade distintiva da velocidade da luz, na qual inexistem formas de ordenação linear das coisas ou correlação causal entre diferentes fenômenos, ao contrário do que ocorre com o ambiente gerado pela linha de montagem que, além de provocar o prolongamento de um único sentido, estabelece um modo de ordenação seqüencial e fragmentado do curso do conhecimento.

Desse modo, “a eletricidade tornou possível a extensão do sistema nervoso humano como um novo ambiente social” (McLUHAN, 2005:80) muito distinto daquele suscitado pela era mecânica. Tal como afirma o autor (2005: 178), enquanto o século XIX foi marcado por uma organização social imensamente estratificada e centralizada, o século XX rompeu com o centralismo, dado que o aumento da quantidade de informação disponível, acompanhado pela velocidade de circulação possibilitaram que um mesmo dado esteja disponível em qualquer parte do mundo, simultaneamente, pondo fim a um poder central monopolizador. Ou seja, enquanto no primeiro caso temos um ambiente de fragmentação, no segundo ocorre um “processo ambiental de integração” (McLUHAN, 2005:78).

Uma vez utilizada como “conteúdo” de outros meios, como a televisão, o rádio e o computador, a energia elétrica passa a exercer o mesmo papel que desempenha no processo produtivo, ou seja, integrar os fragmentos num todo, de forma a incitar o desenvolvimento de uma visão inclusiva e participativa do mundo. De acordo com o autor,

Não percebemos a luz elétrica como meio de comunicação simplesmente porque ela não possui "conteúdo" (...) Somente compreendemos que a luz elétrica é um meio de comunicação quando utilizada no registro do nome de algum produto. O que aqui notamos, porém, não é a luz, mas o conteúdo (ou seja, aquilo que na verdade é um outro meio). A mensagem da luz elétrica é como a mensagem da energia elétrica na indústria: totalmente radical, difusa e descentralizada. Embora desligadas dos seus usos, tanto a luz como a energia elétrica eliminam os fatores de tempo e espaço da associação humana, exatamente como o fazem o rádio, o telégrafo, o telefone e a televisão, criando a participação em profundidade (McLUHAN, 1989:23).

Quando nos referimos a essa visão inclusiva, estamos aludindo a uma forma comunicativa introduzida pela tecnologia elétrica que, além de viabilizar a comunicação simultânea, minimizando as distâncias no espaço e no tempo, também possibilita o surgimento de meios que prolongam mais de um sentido, dos quais resulta um maior envolvimento do receptor para apreender o continuum de informações que trafegam pelo ambiente. Nessa nova configuração ambiental, em que a informação é descontínua e “vem de todas as direções ao mesmo tempo” (McLUHAN, 2005:279), o usuário é cada vez mais

solicitado a preencher as lacunas produzidas pelos dados que circulam pelo entorno, pois vários sentidos são “ativados” para completar e correlacionar a profusão de signos gerados pela nova tecnologia.

Não por acaso, este novo ambiente gerado pela eletricidade também pode ser denominado como a “era do circuito” (McLUHAN, 2005:184), onde o tráfego de informações ocorre em ritmo extremamente acelerado. Da mesma forma que um circuito elétrico é definido como um conjunto de componentes ligados eletricamente entre si por onde a força eletromotriz circula quase que instantaneamente, um ambiente caracterizado como um circuito tende a abranger igualmente todas as suas partes constitutivas, sendo todas elas atingidas quase que ao mesmo tempo por uma mesma informação. Dessa perspectiva, o usuário é envolvido como se fosse um dos terminais constitutivos do circuito, a ponto que, de remetente, passa a ser remetido (McLUHAN, 2005:238) para dentro da rede de dados. Tal envolvimento, por sua vez, refere-se não apenas ao sensorio humano ativado pelo ambiente elétrico, mas, correlacionado a ele, ainda é preciso ter em conta que, dentro do circuito, o resultado de uma ação é quase que simultâneo ao próprio ato gerador, envolvendo o “consumidor” como parte do processo produtivo da informação (McLUHAN, 2005:79). Por isso, “em vez de estar ali como um consumidor passivo, o público transformou-se cada vez mais em força de trabalho” (McLUHAN, 2005:180).

A amplitude do conceito de meio desenvolvido pelo autor coloca-nos ante o desafio de compreender o modo como um ambiente interfere em outro, gerando mudanças significativas nos meios e formas expressivas já existentes. Observa-se que a compreensão do autor sobre os processos comunicativos vai além do simples transporte de dados de um ponto a outro, pois “comunicar” implica lidar com as mudanças geradas pelo contato estabelecido entre diferentes meios e entre eles e seus usuários. Segundo McLuhan,

(...) o meu tipo de estudo da comunicação é um estudo de transformação, enquanto a teoria da informação e todas as teorias da comunicação existentes que conheço são teorias do transporte.(...) A teoria da informação eu entendo e uso, mas a teoria da informação é uma teoria do transporte e nada tem a ver com os efeitos que essas formas têm sobre nós. (...) O problema da teoria do transporte da comunicação é eliminar o barulho, eliminar as interferências no trilho e deixar o trem passar. (...) Minha teoria ou preocupação é com o que esses meios de comunicação fazem às pessoas que os usam. (...) Minha teoria é uma teoria da transformação, da maneira pela qual as pessoas são mudadas pelos instrumentos que empregam (McLUHAN, 2005: 272).

Nesse trecho, é nítida a alusão feita por McLuhan à Teoria Matemática da Comunicação, difundida pela primeira vez numa monografia publicada em 1948 pelo

engenheiro elétrico e matemático Claude Elwood Shannon (1916-2001), intitulada “Teoria Matemática da Informação”. Um ano mais tarde, esse mesmo trabalho foi ampliado pelos comentários de Warren Weaver (1894-1978), coordenador das pesquisas realizadas sobre as grandes máquinas de calcular durante a Segunda Guerra Mundial. O esquema formulado por Shannon visa efetuar a quantificação de uma mensagem veiculada de um pólo a outro com o intuito de economizar custos e reduzir possíveis interferências. Por isso, de acordo com essa concepção, o problema central da comunicação refere-se apenas ao nível técnico, ou seja, à eficácia do trajeto percorrido por uma mensagem entre dois pontos, sendo tal percurso concebido como um trajeto linear, sem desvios ou interferências.

Em vista disso, o sistema de comunicação é composto pela fonte de informação que seleciona uma mensagem dentre outras possíveis; o transmissor, que codifica uma mensagem em sinais a ponto de torná-la passível de ser transposta; o canal, entendido como o suporte físico utilizado para transportar os sinais; o receptor, que recebe os sinais codificados convertendo-os em mensagem e, por fim, o destino, ente ao qual a mensagem é direcionada. Qualquer distorção nos sinais conduzidos pelo canal é nomeada de ruído e deve ser eliminada para que a mensagem atinja seu destino.

Percebe-se que, em momento algum, o esquema elaborado por Shannon menciona as questões relativas à interpretação do significado pelo receptor, ou ainda, ao objetivo do emissor em influenciar ou provocar alguma reação no destinatário. Tal como afirma McLuhan, essa teoria põe em discussão apenas o problema relativo ao transporte de dados, desconsiderando por completo os efeitos e as transformações que os processos comunicativos geram na cultura. Assim, observa-se que tanto o entendimento desenvolvido por McLuhan quanto aquele apresentado pelo semiótico Iuri Lótman (1922-1993)⁴ acerca das trocas comunicacionais são muito similares.

Para Lótman (1996:65), a comunicação não pode ser dissociada do “dispositivo pensante” ou “consciência criadora”, isto é, ao mecanismo intelectual existente na cultura capaz de criar novas mensagens, em especial, aquelas que “no pueden ser deducidos de manera unívoca com ayuda de algún algoritmo dado de antemano a partir de algún outro

⁴ Tendo como alicerce a possibilidade de observação da cultura com base nos diferentes sistemas de linguagem que a constituem, durante a década de 60, foi edificada uma nova disciplina na Universidade de Tártu, Estônia, intitulada “Semiótica da Cultura” que, segundo Iuri Lótman (1922-1993), um dos seus principais representantes, visa examinar “la interacción de sistemas semióticos diversamente estructurados, la no uniformidad interna del espacio semiótico, la necesidad del poliglotismo cultural y semiótico” (LÓTMAN, 1996:78).

mensagem”. Esse algoritmo pode ser definido como algum outro código, linguagem ou texto cultural pelos quais a ordenação compositiva de uma mensagem é assimilada. Nesse caso, ocorre a apreensão automática de um pelo outro, mediante uma correspondência total de formas com base em alguns parâmetros dados de antemão.

Porém, para ser novo, um texto cultural⁵ precisa estar em interação com diferentes sistemas sógnicos, ou ainda, estabelecer um “intercâmbio semiótico” (1996:71), o que implica dizer que a consciência criadora está sempre envolvida num ato de comunicação. Para os semioticistas da cultura, a comunicação não se resume à simples transmissão “inalterável” de uma mensagem de um ponto a outro, mas concerne a processos mais complexos que exigem a tradução entre códigos não coincidentes (LÓTMAN, 1998:78). Assim sendo, na comunicação

Topamos con un proceso de complicación progresiva que entra en contradicción con la función inicial (...) La complicación de los sistemas codificantes no es lo único que dificulta la univocidad del mutuo entendimiento. En el proceso del desarrollo cultural se complica constantemente la estructura semiótica del mensaje que se transmite, y esto también conduce a que se haga difícil el desciframiento unívoco (LÓTMAN, 1996:67).

É apenas no âmbito da complexidade das situações comunicativas que a consciência criadora se manifesta, pois, por ser pensante, este dispositivo não pode trabalhar isoladamente, mas deve, necessariamente, ser bilateral. O pensamento, seja no âmbito da consciência individual ou em relação ao mecanismo semiótico da cultura, também chamada de consciência supra-individual por Lótman, nunca é auto-suficiente, pois a insuficiência ou limitação de uma esfera é compensada pela troca que estabelece com outra.

Não há como negar a influência exercida pelo funcionamento do cérebro humano nas formulações desenvolvidas por Lótman sobre a atividade da consciência supra-individual. Segundo o autor (1996:45), a consciência habitual caracteriza-se pela correlação de tendências completamente opostas, delimitadas pelos dois hemisférios que compõem o cérebro humano. Enquanto o hemisfério direito trabalha com classificações demarcadas, o esquerdo tende a estabelecer associações mais “descompromissadas” em relação a

⁵ Para a Semiótica da Cultura, os textos culturais constituem as mensagens criadas pelos sistemas, onde é possível apreender a interação estabelecida entre diferentes códigos. A diversidade compositiva que caracteriza os diferentes sistemas e a interação entre eles determina que um texto cultural seja codificado por, no mínimo, dois códigos, ou seja, um vinculado ao sistema “emissor” e outro relacionado ao sistema “receptor”. Tal forma de correlação entre sistemas impossibilita o estabelecimento de uma conexão simples e direta entre distintas esferas, pois, nesse caso, opera-se a tradução entre códigos com traços distintivos singulares, resultando na redefinição deles, de modo que um mesmo código nunca “chega” a um sistema do mesmo modo que “saiu” de outro.

parâmetros vigentes, o que lhe confere maior inventividade. Contudo, o equilíbrio das trocas efetivadas entre cada uma dessas tendências, ou ainda, a atividade simultânea de ambas, pode originar uma inibição recíproca, gerando uma “cierta regularidad de la consciencia” (LÓTMAN, 1996:48), ao passo que a “desconexão” momentânea e o trabalho intenso de um dos hemisférios tende a favorecer e incitar a ação da outra parte.

Semelhante ao que acontece com o cérebro humano, as trocas efetivadas entre diferentes esferas culturais constituem processos assimétricos, pautados por irregularidades e por distintos modos de funcionamento, uma vez que cada sistema possui uma temporalidade própria, que pode ser acelerada ou desacelerada mediante a interação estabelecida com seu entorno, favorecendo ainda mais os processos tradutórios e a geração de novos arranjos textuais.

Ao mesmo tempo em que torna possível a formação de novas mensagens, o dispositivo pensante também confere uma maior individualidade à cultura e a seus sistemas sígnicos. Isso ocorre porque o aumento da complexidade é proporcional à constituição de uma “personalidade” semiótica, dado que um sistema ou texto cultural é formado por várias outras individualidades que, combinadas, formam um todo único. A presença de um “outro” contribui para a contínua reorganização de uma dada formação semiótica, o que faz com que sua individualidade seja continuamente rearranjada e, com isso, novos textos sejam produzidos.

Nesse sentido, é pela diversidade e pela singularidade da disposição dos elementos variáveis e invariáveis que a particularidade ou originalidade semiótica de cada esfera é construída, pois, caso contrário, a cultura seria um todo indistinguível. Assim,

cada pareja semiótica de lenguajes integrada, al tener la posibilidad de entrar en comunicación, conservar información y, lo que es particularmente esencial, elaborar información nueva, es un dispositivo pensante y, en determinado sentido, actúa como ‘individualidad cultural’ (LÓTMAN, 1998:36).

Diante disso, nota-se que McLuhan e Lótmán não restringem a comunicação ao mero deslocamento linear e constante de uma mensagem, visto que ambos tendem a considerar as transformações operacionalizadas no trânsito dos signos como uma realidade inerente a toda troca comunicacional. Em relação à especificidade do conceito formulado por McLuhan, é preciso atentar que a ressignificação de um ambiente por outro ocorre mediante uma relação comunicativa estabelecida entre eles, semelhante ao que sucede com o dispositivo pensante da cultura, do qual resulta o entrecruzamento de diferentes códigos e

sensações, bem como a redefinição das formas expressivas distintivas de diferentes meios. É esse intercâmbio que nos permite afirmar que a modelização semiótica igualmente incide na interação estabelecida entre meios, tal como ocorre com os sistemas, pois

em vez de uma matriz sensorial (os órgãos dos sentidos) os meios surgem como possibilidades de entrecruzamento de sensações e, conseqüentemente, de modelização de linguagens. Isso porque neles se opera não apenas a tradução de que se falava não era transposição entre códigos iguais (como no caso da tradução lingüística); os códigos sensoriais foram traduzidos em termos de ondas magnéticas, linhas, pixel, pontos, processo fotoquímico. Quer dizer, estamos muito longe de uma extensão no sentido mais estreito do termo. Também é preciso reconhecer que os meios deixam de ser tradutores e se transformam em transdutores (MACHADO, 2005b:306-307).

A amplitude da conceituação desenvolvida por McLuhan vai além da simples consideração dos meios como meras extensões físicas, da mesma forma que os processos de codificação também não se restringem aos códigos “relacionados” ou “equivalentes” aos órgãos estendidos, mas aplica-se a processos mais complexos que envolvem a contaminação entre diferentes meios e ambientes. Daí a necessidade de reconhecer a capacidade dos meios de funcionarem como transdutores, aptos a transformar um tipo de signo em outro, uma vez que “Um meio nunca se soma ao velho, nem deixa o velho em paz. Ele nunca cessa de oprimir os velhos meios, até que encontre para eles novas configurações e posições” (McLUHAN, 1989:199).

Toda essa formulação nos permite apreender como, para McLuhan, os meios também são entendidos como mídias capazes de traduzir linguagens, desde que se estabeleça a interação entre elas. Em virtude da sua caracterização sistêmica, aliada às especificidades tecnológicas do suporte utilizado, pode-se dizer que toda mídia possui potencialidades representativas que lhe são próprias, mas que efetivamente ganham forma na interação estabelecida com outras esferas. Muitas vezes, aquilo que subsiste em estado de latência num sistema é incitado a irromper ou encontra condições propícias para sua emersão em decorrência do diálogo estabelecido com seu entorno. E, assim como tal ambiente “externo” se caracteriza pelo contínuo devir, da mesma forma, uma mídia subsiste em constante transformação. Parece ser essa a perspectiva assinalada por McLuhan ao falar sobre a existência de uma “ecologia da mídia”, que

Consiste em dispor vários veículos de comunicação para que um ajude o outro sem se anularem, sem se substituírem. Eu diria, por exemplo, que o rádio ajuda mais a cultura letrada que a televisão, mas a televisão pode ser um veículo maravilhoso para o ensino de línguas. É possível fazer coisas em um meio que não se pode fazer em outro. Conseqüentemente, se abarcarmos o campo inteiro, evitaremos aquele desperdício que consiste em um veículo eliminar os demais (McLUHAN, 2005:320).

A palavra “ecologia” vem do grego *oikos*, que significa hábitat, e foi primeiramente definida como um ramo das ciências biológicas que estuda as relações entre os seres vivos e o meio em que vivem, bem como a ação mútua que um exerce sobre o outro. Transposto para o campo da comunicação, uma “ecologia da mídia” tem como objetivo o estudo das mídias e seu entorno, de sorte que cada uma é reconhecida pela estruturalidade da sua linguagem distintiva, produzindo no receptor efeitos perceptivos também específicos. Por seu turno, esses traços distintivos são mutáveis, visto que a contaminação operacionalizada entre diferentes ambientes acarreta a contínua reordenação das possibilidades expressivas e das funções exercidas por cada uma das mídias.

Assim constituída, uma “ecologia da mídia” subentende a compreensão de uma mídia sem dissociá-la do continuum no qual se insere, o que, forçosamente, exige a consideração da complexidade do espaço onde ocorrem as trocas operacionalizadas entre as diferentes mídias, além das mediações que incidem nas fronteiras instituídas entre elas.

Referências bibliográficas

BAITELLO, Norval (2005). *A Era da Iconofagia. Ensaios de comunicação e cultura*. São Paulo, Hacker Editores.

_____ (1997). *Estética da Criação Verbal*. Trad. de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2ª edição. São Paulo, Martins Fontes.

BLUMER, Herbert (1975). “A massa, o público e a opinião pública”. In COHN, Gabriel (org.). *Comunicação e Indústria Cultural*. 2ª edição. São Paulo, Editora Nacional.

LÓTMAN, Iuri (1978). *A Estrutura do Texto Artístico*. Trad. de Maria do Carmo Vieira Raposo e Alberto Raposo. Lisboa, Editorial Estampa.

_____ (1999). *Cultura y Explosion. Lo Previsible y lo Imprevisible en los Procesos de Cambio Social*. Trad. de Delfina Muschietti. 1ª edição. Barcelona, Editorial Gedisa.

_____ (1996). *La Semiosfera I. Semiótica de la Cultura e del Texto*. Trad. e seleção de Desiderio Navarro. Madrid, Ediciones Frónesis Cátedra Universitat de València.

_____ (1998). *La Semiosfera II. Semiótica de la Cultura, del Texto, de la Conducta y del Espacio*. Trad. e seleção de Desiderio Navarro. Madrid, Ediciones Frónesis Cátedra Universitat de València.

_____ (2000). *La Semiosfera III. Semiótica de las Artes y de la Cultura*. Trad. e seleção de Desiderio Navarro. Madrid, Ediciones Frónesis Cátedra Universitat de València.

MACHADO, Irene (2005b). “O Ponto de Vista Semiótico”. In: HOHLFELDT, Antonio. MARTINO, Luiz C. & FRANÇA, Vera Veiga (orgs.). *Teorias da Comunicação. Conceitos, Escolas, Tendências*. 5ª edição. Petrópolis, Vozes.

MATTELART, Armand & MATTELART, Michèle (1999). *História das Teorias da Comunicação*. Trad. de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo, Loyola.

McLUHAN, Marshall (1972). *A galáxia de Gutenberg. A Formação do Homem Tipográfico*. Trad. de Leônidas Gontijo de Carvalho e Anísio Teixeira. São Paulo, Cia Editora Nacional-Editora da Universidade de São Paulo.

_____ (1989). *Os meios de comunicação como extensões do homem*. Trad. de Décio Pignatari. São Paulo, Cultrix.

_____ & FIORE, Quentin (s.d.). *Os meios são as mensagens. Um inventário de efeitos*. Rio de Janeiro, Record.

McLUHAN, Stephanie & STAINES, David (orgs.) (2005). *McLuhan por McLuhan: conferências e entrevistas*. Trad. Antonio de Padua Danesi. Rio de Janeiro, Ediouro.

McLUHAN, Eric & ZINGRONE, Frank (orgs.) (1998). *McLuhan. Escritos Esenciales*. Trad. de Jorge Basaldúa e Elvira Macías. 1ª edição. Barcelona, Paidós.

SANTAELLA, Lúcia (1996). *Cultura das Mídias*. São Paulo, Experimento.

_____ (2003). Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. *Revista Famecos: mídia, cultura, tecnologia*. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. n. 22, pp. 23-32.

WEAVER, W. (1975). “Teoria matemática da comunicação”. In COHN, Gabriel (org.). *Comunicação e Indústria Cultural*. 2ª edição. São Paulo, Editora Nacional.